ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES: A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM AH/SD À LUZ DOS REFERENCIAIS POLÍTICO-NORMATIVOS E CONCEITUAIS DO PARANÁ

Carolina Oliveira Ribas (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Solange Franci Raimundo Yaegashi (Orientador). E-mail: sfryaegashi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Educação / Fundamentos da educação

Palavras-chave: Altas habilidades/superdotação; Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os referenciais político-normativos e conceituais que orientam a inclusão de estudantes com altas habilidades ou superdotação (AH/SD) no Estado do Paraná, com ênfase nas definições de AH/SD e na organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de documentos federais e estaduais que regulamentam a Educação Especial, complementada por literatura especializada sobre altas habilidades ou superdotação, educação inclusiva e políticas educacionais. Os resultados evidenciaram que a evolução das concepções sobre AH/SD, especialmente a partir da Teoria dos Três Anéis de Joseph Renzulli, influenciou a formulação das políticas públicas e a ampliação dos critérios de identificação desses estudantes. Verificou-se que as normativas paranaenses incorporam progressivamente os referenciais nacionais, regulamentando a oferta do Atendimento Educacional Especializado e fortalecendo a garantia do direito à educação inclusiva. Conclui-se que a efetivação dessas políticas depende da integração entre fundamentos conceituais, referenciais político-normativos, processos de identificação, formação docente e organização dos serviços especializados, de modo a favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com AH/SD.

INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva nas últimas décadas produziu transformações nas políticas educacionais brasileiras, reafirmando a Educação Especial como modalidade transversal e a oferta de recursos e serviços destinados a favorecer o acesso, a participação e a aprendizagem no ensino comum.

Entre os estudantes públicos da Educação Especial encontram-se aqueles com altas habilidades ou superdotação (AH/SD), reconhecidos pela legislação brasileira como sujeitos de direitos educacionais específicos. Contudo, esse grupo

ainda se encontra entre os menos identificados e atendidos, em razão, entre outros aspectos, da persistência de mitos e concepções reducionistas, de fragilidades nos processos de identificação e da crença de que estudantes com elevado potencial não necessitam de atendimento educacional específico. Como consequência, muitos permanecem invisibilizados no contexto escolar e deixam de acessar serviços e oportunidades educacionais assegurados pelas políticas de Educação Especial.

Embora a produção científica sobre AH/SD tenha se ampliado, grande parte dos estudos concentra-se nos processos de identificação, nas características dos estudantes e nas práticas pedagógicas. Permanecem menos frequentes investigações voltadas aos referenciais político-normativos estaduais que definem esse público e regulamentam a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa lacuna assume relevância no Paraná, cuja trajetória na Educação Especial resultou em um conjunto expressivo de deliberações, resoluções, instruções normativas e orientações destinadas à organização dos serviços especializados.

Diante desse contexto, questiona-se: como os referenciais político-normativos do Estado do Paraná definem as altas habilidades ou superdotação e orientam a inclusão desses estudantes por meio do Atendimento Educacional Especializado? Assim, este estudo teve como objetivo analisar os referenciais político-normativos e conceituais que orientam a inclusão de estudantes com altas habilidades ou superdotação no Estado do Paraná, com ênfase nas definições de AH/SD e na organização do AEE.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica reuniu produções sobre Educação Especial, AH/SD, AEE e políticas educacionais, enquanto a documental contemplou documentos oficiais de âmbito federal e estadual. O corpus foi constituído por normativas pertinentes às definições de AH/SD e à organização do AEE. A análise foi desenvolvida em dois eixos: 1) concepções de AH/SD; e 2) diretrizes para o AEE, considerando identificação, formas de atendimento, responsabilidades institucionais e organização dos serviços especializados. Realizou-se a leitura analítica e comparativa dos documentos, buscando identificar continuidades, mudanças e especificidades entre os referenciais nacionais e estaduais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos referenciais conceituais evidenciou mudanças na forma de conceber as altas habilidades ou superdotação, com o progressivo afastamento de perspectivas restritas ao desempenho acadêmico e aos resultados obtidos em testes de inteligência. Nesse processo, destaca-se a influência da concepção de superdotação proposta por Renzulli (2014), fundamentada na interação entre habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa. Essa abordagem ampliou as possibilidades de reconhecimento das diferentes

manifestações das AH/SD e contribuiu para que os processos de identificação considerassem não apenas capacidades já manifestadas, mas também potencialidades que podem ser desenvolvidas mediante oportunidades educacionais adequadas.

No âmbito político-normativo, os resultados demonstraram que o Estado do Paraná constituiu, ao longo das últimas décadas, um conjunto de documentos destinados à regulamentação da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado. A análise da trajetória compreendida entre 2003 e 2024 revelou um processo de progressivo aprimoramento das normativas estaduais. Enquanto os documentos iniciais se voltavam predominantemente ao reconhecimento legal do público da Educação Especial e à organização institucional dos atendimentos, as regulamentações mais recentes passaram a detalhar aspectos relacionados à identificação dos estudantes, ao planejamento pedagógico, ao acompanhamento e às estratégias destinadas ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com AH/SD.

Entre os documentos analisados, a Deliberação CEE/PR nº 02/2016 reafirmou os estudantes com AH/SD como público da Educação Especial e estabeleceu o AEE como suporte ao processo de escolarização no ensino comum (Paraná, 2016). A Instrução nº 15/2018 SUED/SEED avançou na regulamentação específica desse atendimento, estabelecendo critérios para encaminhamento, acompanhamento pedagógico e organização em Sala de Recursos Multifuncionais. As normativas posteriores ampliaram essa regulamentação e, em 2024, passaram a conferir maior ênfase ao planejamento, acompanhamento, avaliação e enriquecimento curricular, considerando os interesses e as potencialidades dos estudantes com AH/SD (Paraná, 2024).

Apesar desses avanços, a existência de normativas não assegura, por si só, a efetivação da inclusão escolar. Persistem fragilidades relacionadas à identificação dos estudantes, à formação dos professores e à consolidação de práticas de enriquecimento curricular. Parte dos documentos também privilegia aspectos administrativos e operacionais do AEE, fazendo com que sua efetivação permaneça condicionada às condições dos sistemas de ensino e à formação dos profissionais.

A análise também evidenciou uma particularidade da política paranaense de Educação Especial: a coexistência entre a ampliação das diretrizes voltadas à escolarização inclusiva e a manutenção de mecanismos de apoio às instituições especializadas. Essa configuração confere à política estadual um caráter híbrido, no qual princípios inclusivos convivem com formas historicamente consolidadas de oferta da Educação Especial. Tal aspecto evidencia tensões entre a ampliação do direito à escolarização no ensino comum e determinadas formas de organização dos serviços especializados.

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciaram que os referenciais conceituais e político-normativos relacionados às AH/SD passaram por avanços que contribuíram para ampliar o reconhecimento desses estudantes como público da Educação Especial e

para regulamentar a oferta do AEE. No Paraná, observou-se o progressivo aprimoramento das normativas, especialmente quanto aos processos de identificação, à organização do atendimento, ao planejamento pedagógico e às estratégias de enriquecimento curricular.

Apesar dos avanços, permanecem desafios relacionados à identificação dos estudantes com AH/SD, à formação dos professores e à efetivação de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades. Conclui-se que a garantia dos direitos educacionais desses estudantes requer não apenas referenciais político-normativos, mas também condições para sua efetivação no contexto escolar, de modo a assegurar o acesso ao AEE e uma educação efetivamente inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá (UEM) pela concessão da bolsa de iniciação científica. Agradeço também à minha família, pelo apoio e suporte que tornaram possível minha dedicação à pesquisa; aos meus amigos, pela presença e incentivo ao longo dessa trajetória. Por fim, agradeço à Profa. Dra. Solange Yaegashi, pela oportunidade, orientação e contribuições para o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Deliberação nº 02/2016**. Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE, 2016. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf. Acesso em: 6 ago. 2026.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação. **Orientação DEDUC/SEED nº 004/2024**. Orienta sobre as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2024. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/instrucoes. Acesso em: 6 ago. 2026.

RENZULLI, J. S. A concepção de superdotação no modelo dos três anéis: um modelo de desenvolvimento para a promoção da produtividade criativa. *In*: VIRGOLIM, A. M. R.; KONKIEWITZ, E. C. (org.). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**. Campinas: Papirus, 2014. p. 219-254.